

Filho de família pobre tem só 2,5% de chance de alcançar o topo

Estudo inédito mostra que probabilidade de mobilidade social no Brasil é menor do que em países desenvolvidos

Ídiana Tomazelli

BRASÍLIA As desigualdades sociais, regionais e de renda no Brasil contribuem para perpetuar uma estrutura de baixa mobilidade social no país, que dificulta a ascensão dos mais pobres e assegura a permanência dos mais ricos no topo. Estudo inédito sobre o tema mostra que metade dos filhos de pais situados entre os 20% mais pobres do Brasil permanece nesse mesmo grupo de renda quando adultos, enquanto metade dos filhos dos 20% mais ricos se mantém no topo.

Mesmo entre os que conseguem escapar da pobreza, a melhora de vida pode ser apenas parcial. Só 2,5% dos filhos cujos pais estão no estrato mais vulnerável conseguem atingir o topo da estrutura social e de renda numa única geração. O percentual é bem menor que em países desenvolvidos.

Ser mulher, preto ou pardo também diminui as chances de ascensão, assim como viver nas regiões Norte e Nordeste. “Uma parte do Brasil sustenta o discurso de que, se você se esforçar na vida, você se dá bem. O estudo coloca uma interrogação nisso”, diz o economista Breno Sampaio, um dos autores. “Somos uma sociedade bastante desigual em termos de oportunidade. O esforço não significa sucesso.”

A pesquisa foi desenvolvida por Diogo Brito, Alexandre Fonseca, Paulo Pinotti, Breno Sampaio e Lucas Warwar por meio do Gappe (Grupo de Avaliação de Políticas Públicas e Econômicas) da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), em parceria com a unidade de análise econômica do crime da Universidade de Bocconi, na Itália.

O estudo usou dados de diversas fontes, como Censo, Rais (Relação Anual de Informações Sociais), Pnad (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) e o Cadastro Único de programas sociais.

Pela primeira vez, os pesquisadores também tiveram acesso a registros administrativos da Receita sobre a renda da população. As informações foram usadas sob supervisão do fisco, para assegurar a manutenção do sigilo fiscal.

A inovação garantiu uma amostra de dados ampla: 1,3 milhão de pessoas nascidas entre 1988 e 1990, bem como seus respectivos pais — as conexões foram estabelecidas graças ao cruzamento das bases de dados. A partir daí, os técnicos observaram os rendimentos de cada um deles para analisar a mobilidade entre uma geração e outra.

Por essa metodologia, o estudo representa uma fotografia das condições sociais e de renda desses filhos quando eles atingem idades entre 25 e 31 anos. Não se trata de projeção para as crianças de hoje, embora dê pistas dos problemas a serem endereçados por meio de políticas públicas. O acompanhamento da evolução dos indicadores está nos planos para novos estudos.

O levantamento analisa dois conceitos de mobilidade social, a relativa e a absoluta. A mobilidade relativa compara a situação de crianças que nasceram em pontos diferentes da distribuição de renda e serve para medir o chamado efeito permanência — isto é, se o rico permanece rico enquanto o pobre continua pobre.

Baixa mobilidade social no Brasil

Pesquisadores identificam que filhos de ricos tendem a manter patamar de renda, enquanto filhos de pobres tendem a permanecer em situação de pobreza

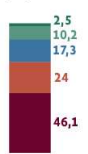
Em %

- 5 20% mais ricos ou média de R\$ 5,3 mil/mês
- 4
- 3
- 2
- 1 20% mais pobres ou média de R\$ 850/mês

Pais entre 20% mais pobres*

Renda média de R\$ 1,6 mil/mês

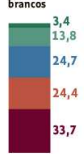
Probabilidade da posição de filhos



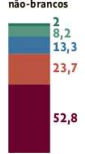
Pais entre 20% mais pobres, classificado por raça**

Renda média de R\$ 1,6 mil/mês

Probabilidade da posição de filhos brancos



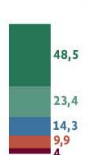
Probabilidade da posição de filhos não-brancos



Pais entre 20% mais ricos*

Renda média de R\$ 14,4 mil/mês

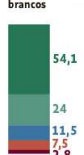
Probabilidade da posição de filhos



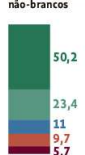
Pais entre 20% mais ricos, classificado por raça**

Renda média de R\$ 14,4 mil/mês

Probabilidade da posição de filhos brancos



Probabilidade da posição de filhos não-brancos



Escada de mobilidade social

Crianças cujos pais estão no mesmo degrau de renda podem ter ascensões diferentes, conforme características pessoais. Quanto maior a posição, maior a renda

Posição conforme a renda



46 Posição de filhos homens

41 Posição de filhos brancos

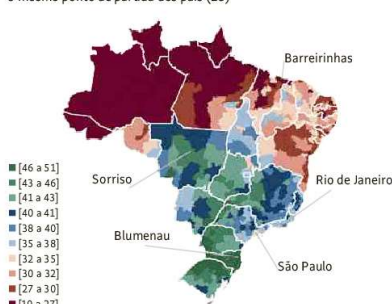
32 Posição de filhos pretos/pardos

29 Posição de filhos mulheres

25 Posição dos pais

Expectativa de ascensão social é maior nas regiões Sul e Sudeste

Probabilidade da posição dos filhos, por região, considerando o mesmo ponto de partida dos pais (25)



* Todos os valores estão deflacionados para reais de dezembro de 2019. A renda dos pais é uma média da renda durante a infância da criança, e a renda das crianças é uma média quando elas têm 25-31 anos. A renda das crianças é menor porque (i) a renda delas é medida quando elas são mais novas e (ii) a renda dos pais é a renda somada do pai e da mãe, enquanto a renda das crianças é a renda individual.

** A soma das probabilidades pode resultar em 99,9% ou 100,1% por causa dos arredondamentos

Fonte: Intergenerational Mobility in the Land of Inequality (2022)

Um dos resultados mostra que, se a distribuição de renda no Brasil fosse medida em uma escala com 100 degraus, uma família que começasse na posição 25 demoraria sete gerações para chegar ao mesmo patamar de uma família que se encontrava no degrau 75.

O estudo também traz as probabilidades de se manter rico ou pobre, ou mudar sua posição social. Os filhos de pais que estão entre os 20% mais pobres têm 46,1% de chance de permanecer nesse grupo, mas só 2,5% de subir ao topo. Os da dos são ainda piores quando distinguidos por raça: crianças pretas ou pardas têm 52,8% de permanecer na pobreza, percentual que cai a 33,7% para brancas. Já os filhos de pais que estão entre os 20% mais ricos têm 48,5% de chance de permanecer no topo e só 4% de cair para a base da pirâmide. Ser branco amplia a probabilidade de manter a riqueza para 54,1%, enquanto ser preto ou pardo aumenta a chance de migrar para a pobreza para 5,7%.

Os achados indicam que o patamar de renda dos filhos guarda uma relação de dependência elevada com o nível de renda dos pais. Em uma sociedade menos desigual e com mais mobilidade, essa conexão seria menor, enquanto o esforço, o mérito e a qualificação do indivíduo teriam mais peso na equação.

“Há uma loteria no nascimento. As crianças que tiveram a sorte de nascer em famílias com pais mais ricos estão, em média, se dando muito melhor do que aquelas que nasceram com pais mais pobres. Isso é um mal sinal para se pensar em meritocracia”, diz o pesquisador Diogo Brito. Os resultados também permitem fazer uma comparação internacional. Enquanto no Brasil a chance de subir da base para o topo é de 2,5%, esse percentual é bem maior nos EUA (7,5%), na Itália (11,2%) e na Suécia (15,7%).

“O espaço para a meritocracia no Brasil é substancialmente menor do que na Europa ou nos EUA”, diz o pesquisador Alexandre Fonseca. Ainda não há comparação com outros emergentes, porque o estudo brasileiro é o primeiro do tipo para um país em desenvolvimento.

Os pesquisadores também medem a mobilidade absoluta, que analisa pais em uma mesma posição de renda e busca identificar até que ponto podem chegar seus filhos na distribuição. Esse recorte é útil para comparar pessoas de diferentes raças, gênero ou regiões.

Na escada de 100 degraus de renda, se os pais estão na posição 25, os filhos homens podem chegar ao nível 46, enquanto as mulheres alcançam o patamar 29. A diferença de gênero é maior quanto menor for a renda dos pais. Considerando o mesmo ponto de partida, crianças brancas podem atingir o degrau 41, enquanto as pretas ou pardas, o 32.

Há outras consequências. Filhas mulheres de famílias pobres têm até 13% de chance de ter uma gravidez na adolescência, mas só 7,2% de probabilidade de terminar a faculdade. Ocupações que garantem uma renda mais elevada, como a médica ou advogada, são realidade para só 0,22% das meninas vindas de lares vulneráveis.

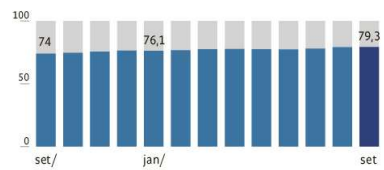
A evolução nas regiões também é diversa. No Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, os filhos costumam subir degraus em relação aos pais, enquanto no Nordeste e no Norte pode ocorrer piora da posição na distribuição de renda.

O estudo ainda não é suficiente para estabelecer, com rigor metodológico, as causas da baixa mobilidade social no Brasil, mas os resultados iniciais fornecem algumas pistas.

O papel da educação, de acordo com os pesquisadores, parece ser central na determinação da renda futura das crianças, e a qualidade do ensino tende a explicar as diferenças regionais.

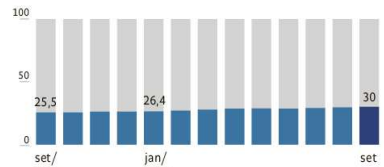
Endividamento das famílias bate terceiro recorde seguido

Proporção de famílias que relatam ter dívidas em atraso, em %



Inadimplência atinge maior patamar da série histórica

Famílias com dívidas em atraso, em %



Fonte: CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo)

Endividamento chega a 80% das famílias, mas crescimento desacelera

Thiago Bethônico

SÃO PAULO O endividamento das famílias continua crescendo no Brasil e chegou a um novo patamar inédito no mês de setembro. Segundo levantamento da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) divulgado nesta segunda-feira (10), 79,3% dos lares estão com dívidas a vencer — o terceiro recorde consecutivo.

O aumento de 0,3% em relação a agosto foi puxado pelos consumidores de menor renda. Enquanto o nível ficou estável entre quem recebe mais de dez salários mínimos (mais de R\$ 12,12), o endividamento cresceu 0,4 ponto percentual entre as famílias com renda mensal inferior a dez salários mínimos. Nesse grupo, 80,3% dizem estar com débitos em atraso.

Esta também é a primeira vez — desde que a pesquisa começou a ser feita, em 2010 — que a proporção de endividados entre a faixa de menor rendimento ultrapassa a marca de 80%.

O levantamento considera as famílias que relatam ter dívidas a vencer no cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, além de prestação de carro e de casa.

De acordo com a CNC, o problema atinge mais as mulheres do que os homens. Entre agosto e setembro, o endividamento avançou 0,9 ponto percentual no grupo feminino (eram 80%, agora são 80,9%), enquanto teve queda no recorte masculino (de 78,3% para 78,2%).

Atualmente, as mulheres estão mais endividadas no cartão de crédito e no cheque especial. Já entre os homens, as modalidades de crédito pessoal, carnês de loja, financiamentos e consignados prevalecem.

Embora o número de famílias com dívidas continue crescendo mês a mês, o relatório da CNC destaca que o ritmo vem desacelerando. O aumento de 0,3 ponto percentual em relação a agosto, por exemplo, é o menor desde abril de 2022.

“É possível verificar que a melhora gradual do mercado de trabalho, as políticas de transferência de renda e a queda da inflação nos últimos dois meses são fatores que geram maior disponibilidade de renda para as famílias”, observa, em nota, José Roberto Tadros, pre-

sidente da CNC.

Se o endividamento dá sinais de desaceleração, a inadimplência mantém um elevado ritmo de alta. Em setembro, o volume de consumidores que atrasaram o pagamento de dívidas atingiu 30%, o maior desde o início da série histórica.

Esse é o terceiro recorde consecutivo do índice, que evoluiu 0,4 ponto percentual em relação ao mês anterior. Em um cenário econômico marcado pelos juros altos, os débitos já contraiados encarecem e apertam o orçamento das famílias, especialmente as de menor renda.

As taxas de juros nas linhas de crédito para pessoas físicas cresceram 13,5 pontos percentuais em um ano, de acordo com os dados do Banco Central, chegando à média de 53,9%, a maior taxa desde abril de 2018.

“Embora os atrasos tenham crescido no mês e no ano entre os consumidores nas duas faixas de renda, as dificuldades de pagamento de todos os compromissos do mês são mais latentes entre as famílias de menor renda”, analisa, em nota, Izis Ferreira, economista da CNC.

Com tantas famílias brasileiras endividadas e sem condições de arcar com os compromissos, o tema vem ganhando centralidade na disputa entre Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela Presidência.

No primeiro turno, o candidato petista propôs uma renegociação por meio dos bancos públicos e de incentivos para que instituições privadas ofereçam condições adequadas aos devedores.

Recentemente, Lula ainda acatou a proposta de Ciro que prevê zerar dívidas do SP. A incorporação do tema foi colocada como uma das condições para que o PDT apoiasse o candidato no segundo turno.

A situação dos endividados não era uma preocupação da campanha de Bolsonaro durante o primeiro turno: o programa de governo protocolado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) não menciona endividamento das famílias, inadimplência ou dívida dos lares.

No entanto, na semana passada, o presidente anunciou como novidade um programa da Caixa Econômica Federal que perdoa até 90% em dívidas de clientes do banco, reequilibrando uma iniciativa que já existe desde 2019.